

## **8. Detalhamento da prática:**

A atividade de exibição do filme seguida de debates é realizada durante a semana no Gabinete, no período da manhã, das 9:30 às 12:30h, com a utilização de um pequeno projetor, para uma plateia de até 20 pessoas, composta de servidores e estagiários do próprio Gabinete e de Gabinetes vizinhos, de magistrados, de membros do Ministério Público, de profissionais do cinema e de convidados.

O filme exibido geralmente é uma produção de média metragem (no máximo de 90 minutos, mas em média de 50/70 minutos), de preferência de temas nacionais, podendo, excepcionalmente, ser de longa duração, desde que não ultrapasse o período proposto. O debate é realizado logo após a exibição do filme, sendo os debatedores do corpo de magistrados do próprio Tribunal ou especialistas convidados. Há intensa participação da audiência, com reflexões variadas, desde o compartilhamento de casos concretos de processos até experiências pessoais.

O programa teve início no mês de abril com a apresentação do filme "EU, DANIEL BLAKE", do diretor inglês Ken Loach, e trata dos entraves burocráticos enfrentados por alguém que necessita de amparo social.

Como tema universal, a discussão coube perfeitamente no programa proposto, tendo sido exibido para os servidores e estagiários do Gabinete, sendo debatedores um Desembargador Federal componente da Terceira Seção, Dr. Carlos Delgado, e uma Procuradora Regional da República, Dra. Zélia Pierdoná, também oficiante nos processos da Seção.

O conteúdo discutido no filme apresentado se deu sob a ótica da previdência social, assistência social, seguro desemprego, idoso, incapaz. O debate se deu sobre os processos previdenciários e centrou-se no benefício de prestação continuada, abrindo-se espaço para a situação dos trabalhadores rurais.

Dando sequência ao programa nos meses que se seguiram, foi debatido o conteúdo dos seguintes filmes: **"Cartas Para Um Ladrão de Livros"**; **"Precisamos Falar do Assédio"**; **"Batismo de Sangue"**; **"O Caso dos Irmãos Naves"**; **"Heroína(s)"**; **"Visionários da Quebrada"**; **"Black Mirror: White Bear"** e **"Elsa & Fred"**.

A abordagem dos temas foi variada. No caso do "**Cartas Para Um Ladrão de Livros**", o debate se centrou no tráfico ilícito de bens culturais e em como o Judiciário pode lidar com esse tipo de crime contra o patrimônio cultural brasileiro. A ligação com o trabalho do gabinete se deu pela percepção da importância dos acervos documentais para a compreensão da nossa história pessoal e coletiva. Também foi destacado o cuidado com o acervo processual em papel. O debatedor do filme foi o Dr. Marcílio Toscano Franca Filho, que tem pós-doutorado em direito pelo Instituto Universitário Europeu de Florença e é Professor Visitante da Universidade de Turim, ambos na Itália. É professor de Direito da Arte na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba e membro do Ministério Público de Contas da Paraíba.

No "**Precisamos Falar do Assédio**", o assunto girou em torno das diversas formas de assédio sexual e de como a mulher lida com situações de assédio. Foi possível ver uma clara ligação entre os processos previdenciários que discutem a saúde da mulher (mental ou física) e depoimentos do documentário. A discussão também abordou os riscos de distorção do julgamento (social ou mesmo processual, pelo Judiciário) em casos que envolvem violência contra a mulher e que dependem da crença na palavra da vítima. O debate foi feito com a Diretora do filme, Paula Sacchetta e com a Juíza Federal Gabriela Sales, presidente da Comissão Ajufe Mulheres.

No "**Batismo de Sangue**", os debates foram sobre as violências e atrocidades perpetradas na ditadura militar (1964-1985) e como as vítimas e seus familiares têm lidado com esse passado de violações. A história do Frei Tito, retratada no filme, foi enriquecida por detalhes trazidos pelo debatedor Maurice Politi, ex-presos políticos, que cumpriu pena juntamente com Frei Tito e Frei Beto e que contribuiu no roteiro do filme. O Desembargador componente da Terceira Seção, Dr. Paulo Domingues, foi o outro debatedor, trazendo contribuições sobre os direitos humanos e a importância de garantia das liberdades e dos valores democráticos.

No "**O Caso dos Irmãos Naves**", um filme clássico brasileiro, que traz a história real de uma condenação injusta de dois irmãos, o debate lançou luzes exatamente na necessidade de se buscar justiça no exercício da atividade jurisdicional, de permitir a ampla defesa e de não se esquecer que em cada processo a ser julgado há vidas, há famílias que dependem do julgamento. A

presença do roteirista do filme, o cineasta Jean-Claude Bernadet, foi relevante para compreensão do momento político em que o filme foi lançado em 1967 e para a reflexão sobre a não proteção dos direitos dos investigados. A Juíza Federal Louise Filgueiras, juíza titular da 8ª Vara Criminal da JFSP, também foi debatedora e deu uma contribuição muito instigante sobre o papel do juiz na busca da verdade real e no dever de escuta do magistrado, que vai além das narrativas dos investigadores e advogados que atuam nos processos.

No "**Heroína(s)**", a reflexão foi sobre os malefícios das drogas na saúde coletiva. Houve uma imediata ligação entre o tema das drogas, do vício, e dos processos previdenciários. A solidariedade e a importância de políticas públicas para lidar com esse tipo de situação, que afeta não apenas o usuário, mas a família e a comunidade, foram debatidas pela Juíza Estadual Dora Martins e pela Juíza Federal Marisa Cúcio. A solidariedade, um princípio que lastreia a matéria previdenciária, veio à tona, por ser uma das tônicas do filme.

No "**Visionários da Quebrada**", foi possível discutir a relevância de olhar as pessoas da periferia como atores sociais com potencialidade de transformação social. Os debatedores trouxeram um olhar amplo para a nossa atividade judicial. A diretora do filme, Ana Carolina, uma das debatedoras, contou não apenas o processo de criação do filme, mas principalmente nos mostrou a relevância do protagonismo na narrativa, o que deve acontecer também nos processos judiciais, especialmente em matéria previdenciária. O outro debatedor foi o Prof. Sérgio Bairon, coordenador do Diversitas da USP e Livre Docente pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, onde exerce atividades docentes e de pesquisa na temática do Audiovisual, da Hiperídia e da Produção Partilhada do Conhecimento.

No "**White Bear**", um episódio da série "**Black Mirror**", da Netflix, os debates giraram em torno da exposição dos acusados em tempos de internet e de amplificação de julgamentos e opiniões em mídias sociais. Os debates foram enriquecidos pela teoria da criminologia fornecida pelo debatedor Danilo Cymrot, Doutor e Mestre pelo Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Universidade de São Paulo e também pela visão da sociedade do espetáculo, trazida pelo outro debatedor, Guilherme Varella, advogado, pesquisador e gestor cultural, atuante na área de cultura e políticas culturais desde 2006. Foi Secretário de Políticas Culturais do Ministério da

Cultura (2015-maio/2016). A reflexão sobre o compromisso dos servidores e estagiários em resguardarem as informações e dados disponíveis nos processos e respeitarem os demandantes foi somada à importância do julgamento imparcial, com a garantia do direito de ampla defesa e de acordo com as provas dos autos.

No **"Elsa & Fred"**, os debates se centraram na qualidade de vida na velhice. A história de amor trazida pelo filme emocionou os participantes, que se viram no papel dos personagens do filme. A vulnerabilidade na velhice, a dependência ou independência econômica dos idosos, o direito à saúde, a opção pelo melhor tratamento médico, a liberdade do idoso de morar sozinho, temas que permeiam a atuação jurisdicional e que são exatamente tratados na área previdenciária, foram discutidos intensamente. As debatedoras foram a Desembargadora Federal componente da Terceira Seção, Dra. Marisa Santos e a Procuradora Regional da República, Dra. Sandra Kishi, também oficiante nos processos da Seção.

O resultado dessas atividades tem sido muito positivo, e é possível que a ação se estenda às Varas Federais da Justiça Federal de São Paulo, pois a cada participação de Magistradas e Magistrados se fortalece o desejo de levar o projeto para os outros Fóruns, seja pela riqueza pessoal que proporciona, melhorando as relações no ambiente de trabalho, seja pela simplicidade e facilidade na realização de atividade com benefícios concretos na atuação jurisdicional. A discussão do programa reverbera durante o resto do mês e pode-se afirmar que o olhar dos participantes tem um brilho diferente.





